

NIETZSCHE E AS UTOPIAS IGUALITÁRIAS MODERNAS¹

José Pereira de Santana Neto²

Resumo: *Este artigo procura analisar o olhar de Nietzsche sobre as utopias igualitárias modernas, tendo como enfoque sua crítica aos ideais de igualdade do movimento democrático europeu. A reivindicação de direitos iguais parece representar a consolidação da justiça, quando, na verdade, é o fim da justiça. Igualdade aos iguais, desigualdade aos desiguais, este é o código jurídico para interpretar direito, poder e sociedade, na visão de Nietzsche.*

Palavras-chave: Nietzsche; Democracia; Igualdade; Diferença; Direitos.

Tudo que foi cultivado, tido como conquistas e privilégios da modernidade, como a democracia, a igualdade de direitos, os ideais de liberdade, o socialismo, o anarquismo, Nietzsche os denominou de valores e concepções políticas decadentes, associando-os à moral judaico-cristã, que é fruto do ressentimento dos escravos contra tudo o que é belo e forte na terra. Aqui, tomamos por objetivo precisar esta crítica nietzschiana à Modernidade. O trabalho foi dividido em três partes: na primeira, descrevemos a crítica nietzschiana ao movimento democrático; a segunda trata do olhar nietzschiano sobre as massas; por último, abordamos as vinculações ideológicas sofridas pelo pensamento de Nietzsche.

DEMOCRACIA E DIREITOS

Não agrada aos olhos de Nietzsche as liberdades democráticas. Para ele tem que existir dentro da sociedade uma relação firme de dominação por parte da camada mais forte e que essa dominação não seja obtida a partir da venda ou negociação que envolva finanças, mas sim de uma moral que é construída dentro de grandes sistemas de diferenciação entre as castas, na qual as castas inferiores, os escravos, aceitem este controle, pois vai fazer parte desta moral que eles se submetam às castas superiores, pois esta é que tem o direito de fato, uma vez que esse direito e poder é construído na guerra, na herança, típicos de uma sociedade nobre.

“O movimento democrático constitui a herança do movimento cristão” (BM, V, “Contribuição a História Natural da Moral”, 1992, p.102). Para o filósofo, a reivindicação de direitos iguais pelo movimento operário europeu provém diretamente do discurso da “igualdade das almas diante de Deus” da religião cristã. O ideal moderno de democracia está totalmente ligado à moral do ressentimento.

Para Nietzsche, a “igualdade de direitos” enquanto ideário político é uma idéia contraditória, “pois parece ser a pregação da própria justiça, quando é o fim da justiça...” (CI, 2006, p.98). Para que haja direito e justiça não pode haver nivelamento das coisas. Um bem não

¹ Agradeço ao Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade-NECC, à UNEB-Campus IV, CNPq e à FAPESB pela bolsa. Ressalto a importância das aulas de filosofia do professor Alan Sampaio.

² Graduando em História pela Universidade do Estado da Bahia-Campus IV e Bolsista de iniciação científica da Fapesb, com pesquisa sobre niilismo moderno, moral e sociedade em Nietzsche, sob orientação de Alan Sampaio, Professor da UNEB e Mestre em Filosofia pela UFBA.

é mais bem quando é para todos, vulgariza, rebaixa e como poderia haver um bem comum? O termo se contradiz, o que é para todos tem sempre pouco valor. Para Nietzsche, o direito, assim como a sociedade são baseados na desigualdade.

“Igualdade aos iguais, desigualdade aos desiguais”, este é o postulado jurídico e norma política de Nietzsche. Este seria o verdadeiro discurso da justiça, que tem como princípio e sentido “nunca tornar igual o desigual” (Ibidem, p.98). A democracia igualiza todos os homens e a consequência disto é o fim dos direitos e privilégios.

Direitos mantém relações de força e de disputa no interior de uma sociedade, constitui níveis de poder e diferenciação entre os homens. “A desigualdade dos direitos”, afirma Nietzsche, “é a primeira condição para a existência dos direitos. Um direito é sempre um privilégio” (AC, 2006, p.100). Conforme Marton:

Meus direitos seriam essa parte do meu poder que os outros reconhecem e me permitem conservar; meus deveres, os direitos que outros têm sobre mim. Segue-se daí que os direitos durariam tanto quanto as relações de forças lhes que lhes deram origem. A partir do momento em que a força de um certo número de indivíduos se reduzisse consideravelmente, os outros integrantes do grupo não mais reconheceriam os seus direitos. Mas se, ao contrário, sua força aumentasse, seriam eles que não mais garantiriam os direitos alheios. À medida que as relações de forças sofressem modificações profundas, certos direitos desapareceriam e outros surgiriam (Marton, 2001, p.185).

Assim os direitos e privilégios de uma determinada casta ou grupo social, a nobreza, tem que ser mantido às custas da exploração de outro grupo social, os escravos, essa é a condição primeira para que os privilégios e direitos existam. Jamais devem desaparecer o caráter explorador dentro das sociedades humanas.

Nietzsche não acha injusto e imoral a exploração entre os homens, pelo contrário, “a exploração”, declara o filósofo, “não é próprio de uma sociedade corrompida, ou imperfeita e primitiva: faz parte da essência do que vive, como função orgânica básica, é uma consequência da própria vontade de poder, que é precisamente vontade de vida” (BM, “O que é Nobre?” 1992, p.170).

A vontade de dominar como uma espécie de “função orgânica”, ou seja, que faz parte da constituição dos seres humanos tal instinto dominador. Dentro desta concepção, os homens estariam sempre em disputa constante entre si, tentando o domínio e a exploração uns dos outros e quando esta vontade de potência diminuir há uma regressão e rebaixamento do homem. Esta é a característica do homem europeu moderno.

Num aforismo de *Crepúsculo dos Ídolos*, intitulado “Anti-Darwin”, Nietzsche desacredita da célebre “luta pela vida”, esta teoria estaria “apenas afirmada e não provada”. Para Nietzsche, “esta luta acontece, mas como exceção; o aspecto geral da vida não é a necessidade, a fome, mas antes a riqueza, a exuberância, até mesmo o absurdo esbanjamento – quando se luta, luta-se pelo poder...” (CI, IX, “Incursões de Um Extemporâneo”, 2006, p.71).

Em toda sociedade, na visão de Nietzsche, vão existir homens superiores e inferiores em algum sentido e consequentemente diferenças entre eles a começar pela força física ou até mesmo psíquica, e são destas diferenças que surgem as relações de poder e força. A doutrina da igualdade nivela os homens, rebaixa-os, causando uma diminuição do homem e regredindo sua vontade de potência.

Para Nietzsche, a casta nobre, por exemplo, sempre foi no início uma “casta de bárbaros”, sua preponderância em relação aos outros homens não está diretamente ligada à força física, mas acima de tudo “psíquica” e isso os torna sempre homens “mais inteiros” em relação aos outros

(BM, 1992, p.170). Por isso eles dominam e escravizam outros homens, devido a sua superioridade psíquica.

Além de sua superioridade psíquica, a nobreza nietzschiana vê como algo desprezível a compaixão e o “amor ao próximo”, faz parte de sua cultura tal atitude e por isso são mais fortes as épocas em que tiveram hegemonia (CI, “Incursões de um extemporâneo”, 2006, p.87).

Nietzsche, ao criticar as utopias igualitárias modernas, não diferencia os conceitos políticos de cada uma das doutrinas, daí que democracia, socialismo, anarquismo, aparecem em sua obra como se fossem a mesma coisa. Para todas elas se referem a “direitos iguais” e é neste ponto que Nietzsche as iguala sem diferenciar as correntes políticas.

Não é porque no pensamento de Nietzsche não existe uma teoria política geral, como nos clássicos da modernidade, que o filósofo não entenda ou mesmo teorize sobre política. É de praxe em sua obra encontrar análises, mesmo que bem resumidas, sobre democracia, socialismo, anarquismo, sobre o surgimento do Estado etc. É que o foco de estudo de Nietzsche, em se tratando de sociedade, é analisar religião cristã, política moderna e todas as crenças modernas, dando como origem a moral do ressentimento e investigando todas essas temáticas interligando-as, esse é o sentido.

Mas quando Nietzsche parte para a defesa dos valores e organização política nos moldes aristocráticos, o filósofo nos mostra todo um modelo político de sociedade, baseado em hierarquias, escravidão etc. Não é um entendimento político nos moldes que somos educados a valorizar na contemporaneidade e que com certeza não tem mais sentido na atualidade, mas é um modelo sim de política e sociedade.

Para Nietzsche, os soldados e comandantes mantêm entre si relações que estão muito à frente das relações mantidas entre operários e patrões, ou seja, relações superiores (GC, I, “Ausência de nobres maneiras”, 2005, p.62). Nas primeiras, um clima de respeito, autoridade, aceitação da hierarquia, uma vez que o posto mais alto detém o controle. A virtude do comandante está em exercer a sua autoridade, já a virtude dos soldados está em aceitar tal situação, obedecendo às ordens do seu chefe.

Já as relações entre operários e patrões são uma relação desrespeitosa, não tem um clima de autoridade, de tradição, não é construída dentro de uma moral do terror, da dominação, a relação do operário com o patrão é uma relação de desconhecido, ou seja, de pessoas estranhas, existe uma dificuldade dentro desta relação de o operário se submeter ao controle do patrão. No final das contas, segundo Nietzsche, “o operário só vê no patrão um cão astuto, um vampiro que especula com todas as misérias e cujo nome, pessoa, costumes e a reputação lhes são perfeitamente indiferentes” (Ibidem, p.62-.63).

A autoridade é construída dentro de uma cadeia de gerações, dentro de uma tradição histórica de dominação, que seja transmitida na herança ou conquistada na guerra. O homem vulgar em tal condição compreende que a distinção não se improvisa, mas que ela é construída entre longos períodos de tempo e que é privilégio de poucos.

Toda essa autoridade, segundo Nietzsche, falta ao burguês, este por sua vulgaridade leva a pensar que foi por acaso, sorte do destino e da história que colocaram o patrão acima do operário, e é este acaso, esta falta de controle sobre sua própria sociedade, que a revolução está sempre rondando a sociedade capitalista (Ibidem, p.63).

Nietzsche não se enquadra numa certa categoria de filósofos modernos que, impregnados da moral cristã, da igualdade de direitos acham imoral defender uma sociedade escravocrata. Para Nietzsche “uma civilização elevada é uma pirâmide: Somente subsiste com uma base larga” (AC, 2006, p.144). Negar isto é ser contrário à essência do que vive, que é sua vontade de dominar e de ser senhor, é regredir a vontade de potência dos homens, é inferiorizá-los e torná-los anti-humanos.

Nietzsche também não se enquadra na categoria de um filósofo militante, que vai pra rua ou para o parlamento representar os interesses políticos de uma classe social, essa não é sua intenção, mas a defesa da aristocracia, de uma nobreza detentora de privilégios em oposição ao mundo da igualdade, dos homens modernos, serve-se de base para uma crítica dos valores, uma vez que moral do ressentimento, política na modernidade e religião cristã estão intimamente interligados.

NIETZSCHE E AS MASSAS

Na visão de Nietzsche as massas estão sempre prontas para a escravidão, para o domínio absoluto de um senhor, mas este tem que se comportar como tal, ter legitimidade e autoridade perante o povo. Isto falta no burguês, ele não tem os sinais que o distinguem como raça superior em relação às outras, sua personalidade é fraca, oriundo da sua descendência plebéia (GC, I, “Ausência de nobres maneiras”, 2005, p.62-63).

O filósofo acreditava que se os princípios claros de autoridade fossem cultivados pela casta dominante, as massas não se rebelariam contra os privilégios da nobreza e se sujeitariam a tal situação. É meio complicado acreditar que em uma sociedade dividida, que exista o mais alto dos privilégios ou regalias para uma determinada classe ou grupo social e conseqüentemente as classes subalternas aceitem esse modelo de sociedade sem se rebelar.

Este é um dos elementos utópicos da concepção política e de sociedade do filósofo, pensar uma sociedade aristocrática, de privilégios e sem sublevação das massas, é fora da história, por que todas as sociedades até aqui existentes em que as desigualdades sociais são gritantes, o número de sublevações é enorme, isso desde a Grécia e Roma na Antiguidade, na Idade média, no Brasil colonial, na contemporaneidade, as massas têm se rebelado e têm reconfigurado as formas de manutenção e exercício do poder político.

Também acreditar que as massas estão sempre prontas para a escravidão é, na verdade, uma crença anti-histórica e fora de qualquer realidade concreta. Ninguém se sujeita a outro pacificamente, o escravo vive sempre sonhando com sua liberdade e sempre traçando meios para conquistá-la. Nietzsche acredita que se os senhores se comportarem enquanto tal não teriam resistências dos dominados. As sublevações das chandalas surgem devido à incompetência dos dominantes.

Para Nietzsche, o espírito revolucionário das massas é aguçado pela falta de distinção, de autoridade por parte do burguês. As massas não os vêem como uma casta digna de adoração, mas os repudia, olham-nos sempre com vontade de os derrubar de seu posto. O burguês quer dominar apenas no poder do dinheiro ou relações mercantis, típicos da sociedade burguesa. Esta seria uma forma frágil de dominação, sem legitimidade nem tampouco autoridade pessoal e moral.

AS VINCULAÇÕES IDEOLÓGICAS

A partir da defesa nietzschiana da autoridade, típicos de uma sociedade estratificada, dividida em diferentes castas, uma sociedade aristocrática com todas as suas características plenas, têm-se como diferenciar dois conceitos políticos que parecem a mesma coisa, mas que são diferentes, autoridade e autoritarismo.

A autoridade, dentro da concepção nietzschiana, representa o ideal coletivo da casta dominante, ou seja, essa é investida a um indivíduo com o intuito de manter a sociedade e sua

moral. Essa autoridade é construída dentro de longos períodos históricos, envolvendo diversas gerações de famílias que têm como princípios morais a luta, o domínio, a guerra, e não a personificação de líderes autoritários e assassinos.

Já o autoritarismo tem como princípios a concentração de poder e de mando nas mãos de uma única pessoa, esse indivíduo ou ditador acaba não representando o ideal coletivo da classe dominante, mas seu próprio ideal enquanto indivíduo, usando de todos os artifícios para se manter no poder, artifícios que vão desde o convencimento até o massacre de milhões de pessoas.

Diferenciando-se esses dois conceitos políticos, Nietzsche não se enquadra como pensador que influenciou o Nazismo, pois em sua obra não existe a defesa de um governante egocêntrico que extermina em massa milhões de pessoas. Existe a defesa da dominação, da luta, sim, mas como uma espécie de disputa, que os combatentes digladiem em igualdade, sem vantagens para qualquer que seja o lado, vencendo o melhor e o mais forte e não massacre em massa, porque isso contraria a lógica do jogo da disputa histórica. “Para que ocorram os confrontos, é preciso que existam antagonistas; para que ele perca, é necessário que os beligerantes não seja aniquilados” (Marton, 2001, p.195).

Vincular o pensamento de Nietzsche ao Nazismo é uma incompreensão teórica e política, fruto de uma leitura ligeira e sem rigor metodológico. Do ponto de vista teórico e conceitual, nazismo é um regime político característico das sociedades capitalistas quando estas se encontram em crise. Nietzsche defende formas de exercício do poder político para sociedades de cunho aristocrático em contraposição aos modelos de exercício de poder dentro das sociedades capitalista (nazismo, democracia, socialismo, anarquismo etc.). Nietzsche caminha na contracorrente frente a esses regimes.

Nietzsche já foi interpretado de diferentes maneiras ao longo do século XX, aqui no Brasil, segundo Marton, chegou “através do movimento anarquista europeu e, em particular, do espanhol que considerava Nietzsche um pensador dos mais revolucionários”. No contexto da segunda Guerra Mundial, Nietzsche é encarado como pensador de direita, “artigos ideológicos que apareciam em revista de cunho fascista pretendiam apropriar-se de seu pensamento”. Por fim Nietzsche foi visto como o “iconoclasta, o destruidor de ídolos, quando a esquerda francesa fez dele o suporte de suas teorias, colocando-o ao lado de Marx e Freud entre os ‘filósofos da suspeita’ (2001, p.254).

Todas essas vinculações são fundamentadas usando, como fundamentos, conceitos isolados da obra de Nietzsche. O filósofo não é de direita nem muito menos de esquerda, fascista ou anarquista, ele dispensa vinculações. Nietzsche é apenas um filósofo que tem como ideal de sociedade o modelo aristocrático. Modelo que perdeu sua razão e função histórica na modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É oportuno registrar que não devemos cair no aristocratismo de Nietzsche e sair por aí defendendo a escravidão e criticando destrutivamente a democracia. A luta por uma sociedade mais justa, no sentido iluminista do termo, democrática, plural, é a única saída na contemporaneidade para reduzir ou até mesmo acabar com tantos problemas sociais recorrentes no mundo de hoje. Acredito que esse é um ponto do pensamento de Nietzsche que não seja útil para nós, homens contemporâneos. Cabe a nós interpretá-lo como acadêmicos, situando-o em seu tempo, uma vez que os pensadores e qualquer homem em geral são sempre filhos de sua época.

REFERÊNCIAS

MARTON, Scarlett. “Nietzsche e a Revolução Francesa”. IN: MARTON, Scarlett. **Extravagâncias. Ensaio sobre a filosofia de Nietzsche**. 2ªed. – São Paulo: Discurso Editorial e Editora UNIJUÍ, 2001.

_____. “Nietzsche e a Cena Brasileira”. IN: MARTON, Scarlett. **Extravagâncias. Ensaio sobre a filosofia de Nietzsche**. 2ªed. – São Paulo: Discurso Editorial e Editora UNIJUÍ, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo. Ensaio de critica do cristianismo**. Texto integral. Tradução: Pietro Nasseti Carlos. Coleção A Obra Prima de Cada Autor. Editora Martin Claret, 2006. São Paulo.

_____. **Crepúsculos dos Ídolos, ou, como se filosofa com o martelo/** tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Além do Bem e do Mal; prelúdio a uma filosofia do futuro/** Friedrich Nietzsche; Tradução, notas e posfácio, Paulo César de Souza. -São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **A Gaia Ciência**. Tradução: Jean Melville. Coleção a Obra Prima de Cada Autor. Editora Martin Claret, 2005. São Paulo, p.62, p.63.